

A CONSTRUÇÃO DA AUTOCTONIA EM MOÇAMBIQUE

Rodrigo Caravita - rcaravita@terra.com.br

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Indianos - Judeus - Mouzinho

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo, a partir de determinados textos fundadores, perceber a construção de um sistema classificatório que, a partir da oposição básica “forasteiros” versus “nativos”, tinha como propósito a compreensão da diversidade de grupos existentes em Moçambique. O período escolhido corresponde à gênese do Estado colonial – última década do século XIX e primeiras do século XX; o propósito é investigar um dos processos que interferiu de forma decisiva na formação de grupos identitários no contexto colonial em Moçambique, a saber, a própria política colonial portuguesa. A figura do indiano, objeto de pesquisa no projeto anterior, constitui um elemento chave para a compreensão da construção da autoctonia e da própria noção de “território moçambicano”: sem ser nem colonizador, nem colonizado, se distancia de ambos grupos e, ao mesmo tempo, é fundamental na economia regional/colonial (nacional). Nesta segunda etapa, e já tendo realizado uma primeira aproximação à figura genérica do “indiano”, pretendemos compreender a construção da noção de “estrangeiro” em Moçambique a partir das principais vozes coloniais, problematizando os “grupos de identidade” citados pelos autores nestes textos.

Metodologia

Verificar em conjunto se os “grupos de identidade” encontrados são relevantes, amplamente citados e se não encontram grandes divergências na concepção dos autores distintos estudados pelos bolsistas envolvidos neste projeto. Entender como os indianos lidavam com as classificações pejorativas e as políticas de expulsão.

Resultados e discussão

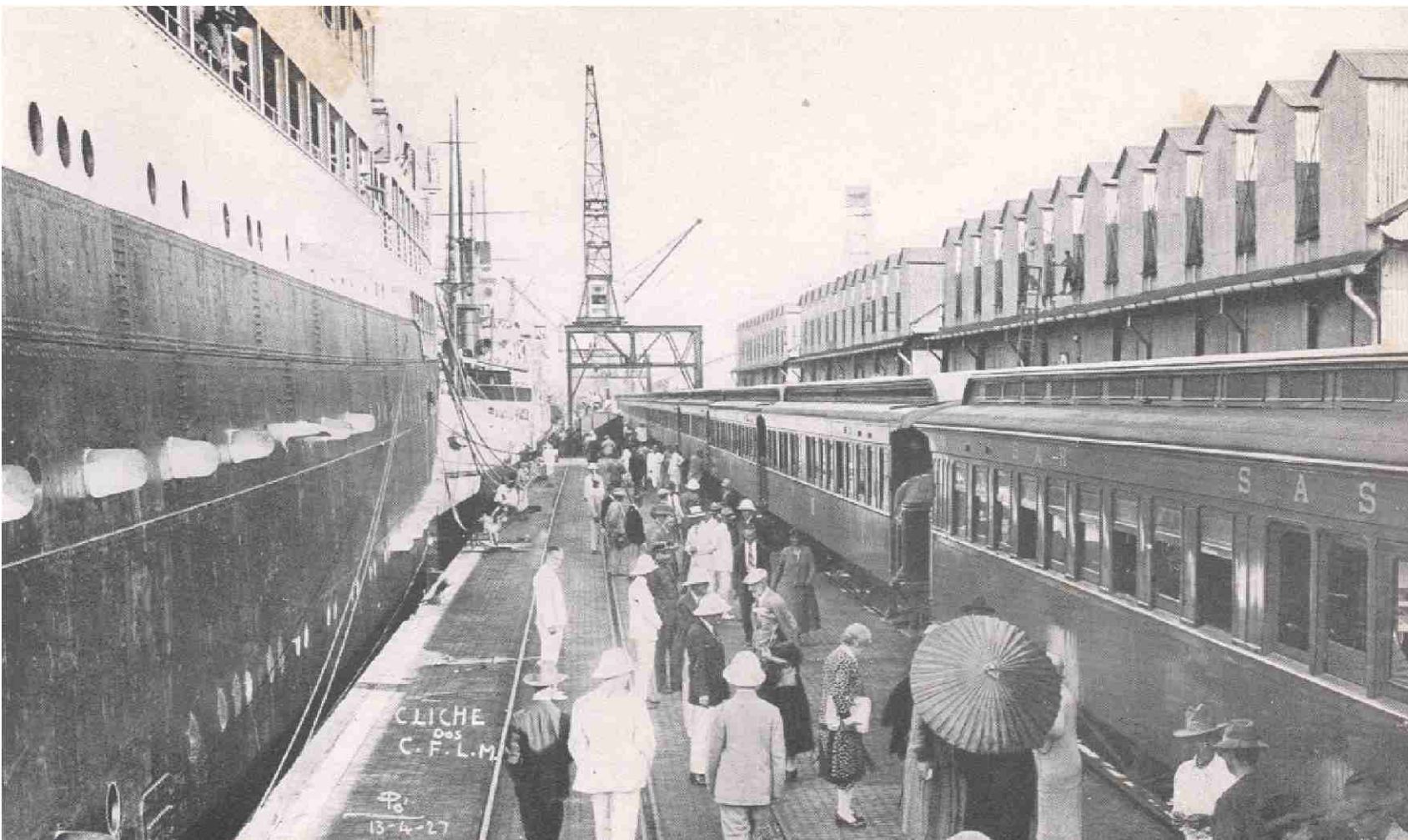
Percebemos que a teia social da colonização é bem mais complexa do que inicialmente supomos: as categorias de inimigos, para além de serem arduamente construídas, como já o demonstramos, são arbitrariamente utilizadas. Não se realizam nem mesmo no discurso dos interessados em construir tais estereótipos. Talvez não se realizem nem mesmo como tipos ideais. E, mais do que isso, quem garante que tais categoriais não estejam mais nos olhos de quem vê, externamente a situação?



Mouzinho de Albuquerque



A lógica da actuação destes comerciantes é baseada na grande flexibilidade da sua actividade, na realização de lucros jogando no diferencial de preços, bem como no recurso a práticas usuárias, ao contrabando e ao tráfico de influências. Manifestam, além do mais, uma perícia extrema na gestão dos negócios em contextos predatórios, estratégia aliada à solidez dos seus referenciais de identidade religiosa ou que respeita as fidelidades para com as comunidades de origem. A conjugação destes atributos ajuda certamente a explicar a longevidade destes comerciantes, presentes na costa este-africana do fim do séc. XVII até aos nossos dias (PEREIRA LEITE, 1996, p. 72)



Porto e caminho de ferro em Lourenço Marques

Conclusões

Joana Pereira Leite, ainda no mesmo artigo, afirma que no começo do séc. XX a imigração de indianos para a África do Sul começou a ser dificultada, haja vista que muitos indianos ficavam mais que o permitido no país depois de terminado seus contratos, em suma, um conflito político-econômico. Frente a esta adversidade, a autora sugere que os indianos se espalharam um pouco mais pela África austral. Tomando a figura do comerciante enquanto tipo ideal, parece-nos que ele não suporta toda e qualquer adversidade, como pretendia Mouzinho. Em contextos predatórios, diferentemente do que afirma Joana anteriormente, o indiano aceita, naquela época, procurar outros lugares para instalar seus negócios.

Tanto os colonizadores portugueses quanto estudos sociológicos afirmam uma aparente resistência à adversidade nos indianos. Pergunta-se: onde se calça a coincidência? Que bases consensuais possuem? Que visão sobre os indianos é compartilhada por estes dois agentes tão distantes no tempo e no lugar político que ocupam? Uma hipótese, sugerida por Marta, é que eles compartilham uma visão “naturalizada” de hinduísmo que foi criticada em Dumont, além de outros autores. Ou seja, paira no ar a idéia do hindu sofedor, forte frente às privações, com a cabeça voltada para uma espiritualidade e para a terra sagrada do Ganges. Uma outra autora, Hilda Kuper, ao analisar os indianos e os africanos na África do Sul, demonstra como os indianos, apesar de também lá serem tidos como usurpadores habilidosos, podem se valer desta posição (nem colonizadores, nem colonizados) para conseguir certas vantagens políticas.

Na opinião de Pereira Leite e Khouri, o Estado Novo, sobretudo, foi o primeiro arranjo político a favorecer a constituição de um campo social e cultural comum aos diferentes setores da sociedade colonial urbana. Nesse campo os indianos ocupam uma posição vulnerável, mas enfrentam essa vulnerabilidade de formas diversas, o que sinaliza a heterogeneidade interna da posição classificatória (se hindus, muçulmanos ou católicos; se indo-português ou indo-britânico; se paquistanês ou hindustânico; e ainda a depender de seu lugar na estratificação econômica) que ocuparam no sistema hierárquico colonial. (JARDIM: 2006, p.49)

Bibliografia

PEREIRA LEITE, Joana. “Diáspora indiana em Moçambique”. Rio de Janeiro: UFRS/ICFS, 1996.
JARDIM, Marta. “Cozinhar, adorar e fazer negócio: um estudo da família indiana (hindu) em Moçambique”. Campinas, tese de doutorado no IFCH, 2006.